

APROPUC SOLICITA REUNIÃO COM REITOR PARA DISCUTIR ACORDO INTERNO

A diretoria da APROPUC enviou carta ao reitor Dirceu de Mello solicitando a realização de uma reunião, na próxima semana, para tratar do acordo interno de trabalho.

No final do mês de fevereiro, a entidade recebeu um comunicado da Fundação/Reitoria informando que o acordo interno, que venceria no dia 28 daquele mês, não teria mais validade, passando os professores e funcionários a serem regidos pelos acordos coletivos de seus sindicatos.

A APROPUC enviou carta à Fundação e Reitoria estranhando o rompimento unilateral, uma vez que a entidade tinha manifestado por várias vezes a intenção de continuar negociando, tendo, como de costume, o atual texto prorrogado até a aprovação de um novo texto de acordo.

Por sua vez, a Fundação e a Reitoria disseram que informar quanto ao prazo de vigência não significava dizer que não havia a decisão de renovar o acordo. Porém, daquela data até hoje, não houve nenhuma movimentação no sentido de retomada das negociações por parte dos gestores.

Em suas assembleias os

professores concordaram em manter a atual redação do acordo. O texto do Sinpro-SP, que hoje está em vigor, significa um retrocesso em relação às conquistas históricas da categoria. Entre outras questões, o texto da PUC-SP avança em cláusulas como bolsas de estudo, definindo critérios mais amplos para concessão do benefício; estabelece o pagamento de auxílio-escola, para o filho de professor em idade pré-escolar, cláusula inexistente no acordo do Sinpro-SP; o professor da PUC-SP tem um valor diferenciado de complementação do salário em caso de doença, enquanto que a convenção segue a CLT; para o professor em vias de aposentadoria são garantidos três anos de estabilidade, pela convenção são apenas dois.

Apesar de os últimos textos terem suprimido parte das conquistas históricas dos trabalhadores da PUC-SP, o atual texto continua sendo uma referência para as diversas instituições de ensino do país. Por isso, os professores da PUC-SP esperam que não seja instaurado mais um retrocesso em suas relações de trabalho e docência.

COMISSÃO DIVULGA CALENDÁRIO PARA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA APROPUC

A Comissão eleitoral da APROPUC, composta pelas professoras Leila Cristina de Mello Darin, Noely Weffort de Almeida, Sueli G. Pacheco Amaral, deliberou os procedimentos para a eleição da nova diretoria da APROPUC, que ocorre entre os dias 14 e 18/6.

As eleições ocorrerão na sede da APROPUC, nos campus Monte Alegre, Sorocaba, Marquês de Paranguá e Derdic em salas a se-

rem anunciadas nas próximas semanas.

O edital completo da Comissão Eleitoral está publicado no site www.apropucsp.org.br e já foi enviado a todos os professores associados à entidade. O prazo para filiação à entidade, com vistas a participar do pleito, encerrou-se em 19/03/2010.

Abaixo apresentamos um quadro com as principais datas do pleito:

DATAS PARA AS ELEIÇÕES DA APROPUC

31/5 a 1/6

Inscrição de chapas

No mesmo período acontece a entrega dos textos para o PUCViva

7 a 10/6

Entrega de mensagens para o site

14 a 18/6

Eleições

18/6

Apuração

21/6

Posse da nova diretoria

VEJA AINDA NESTA EDIÇÃO

**A solidariedade dos
professores da USP
aos docentes da PUC-SP**

Página 3

EDITORIAL

Plano esvaziado

Já que o Estado, por meio do governo Lula, se dispôs a adotar um Programa Nacional de Direitos Humanos deveria tê-lo sujeitoado à sociedade como um todo. Abrir-se-ia uma tribuna por um período para a discussão. Os sindicatos, associações, movimentos, partidos, igrejas, parlamento, escolas, locais de trabalho etc, poderiam dizer o que entendiam por direitos humanos e que aspectos seriam essenciais para garantir a vida e abolir a barbárie. Uma vez amplamente discutido, formar-se-ia um Tribunal eleito diretamente pela população, que publicaria os resultados e elaboraria um Plano. Abrir-se-ia o processo de discussão e votação do Programa. Seria assim, com democracia, caso se entendesse por humano o humano, e caso a questão dos direitos fosse levada a sério.

De fato, o humano é uma categoria metafísica, porque se sobrepõe abstratamente aos humanos divididos em classe. É uma impropriedade, na sociedade de classe, igualar aqueles que passam fome com os que se empanturram, igualar o torturador com o torturado etc. Nessas condições econômicas, sociais e históricas, um Programa de Direitos Humanos não tem como ser universal - será inevitavelmente de classe. Não por acaso, a igualdade e fraternidade, desfraldadas pela Revolução de 1789, vieram do seio da burguesia revolucionária natimortas. Não por acaso, a potência que patrocinou a constituição da ONU e a sua Carta de Direitos Humanos é que mais encarna a barbárie.

Mas a sociedade de classe necessita criar mediações perante os direitos burgueses. Lembremos que na forma escravista nenhuma mediação era possível - o senhor era dono do corpo escravo. Na sociedade mercantil, houve um progresso. Mas não a solução. Até onde a classe burguesa pode se valer do seu poder para dominar? Até onde o Estado pode ir como instrumento de repressão? Notamos, historicamente, que os direitos humanos surgem como necessidade civilizadora da burguesia perante o feudalismo

e a própria tendência do capitalismo de ampliar a barbárie. A contradição é flagrante, uma vez que a fonte de todas as chagas, taras, violências, obscurantismos, fomes, mortandades se encontra na propriedade privada dos meios de produção.

É tão errática a vigência das cláusulas de direitos humanos que se tornam inaplicáveis. Como, por exemplo, os Estados Unidos podem se arvorar em guardião dos direitos humanos? Basta responder a essa questão para se notar que na sociedade de classe e de dominação não se aplicarão regras civilizatórias. O primeiro dos direitos humanos é que nenhuma pessoa seja privada do trabalho e das condições elementares de existência. O capitalismo cumpriu integralmente seu ciclo histórico: desenvolveu as forças produtivas em nível mais do que suficiente para todas as necessidades. Mas a fome continua a vergastar milhões e milhões.

Ao se discutir em cada país a questão, observamos as particularidades. É o caso do Brasil. O Programa elaborado pela secretaria dos Direitos Humanos mexeu com poderes que não admitem quaisquer limitações: os militares vetaram a responsabilização dos agentes da ditadura militar; os latifundiários ficaram em pé de guerra contra a cláusula da reintegração de posse, a imprensa fez intensa campanha pelo fim da cláusula de "controle social" e a Igreja se insurgiu para derrubar o direito ao aborto. Lula atendeu a todos. Vanuchi ficou com o Plano vazio. Nesse mesmo processo político, o Supremo rejeitou abrir processo contra torturadores. A Justiça absolveu os coronéis Ustra e Maciel, acusados por torturas e mortes de prisioneiros no Doi-Codi. Colocou-se um ponto final nas discórdias das forças que comandam o Estado. Mas para os trabalhadores, a juventude e a inteligência comprometida pelas causas de opressão a luta continua, não depende das hostes burguesas.

Diretoria da APROPUC

Consad delibera construção de bicicletário

No dia 21/5, foi realizada a sessão quinzenal do Consad. Entre as pautas debatidas, os conselheiros aprovaram a construção do bicicletário da PUC-SP, uma demanda antiga da comunidade. O reitor Dirceu de Mello explicou que o projeto já havia sido aprovado no ano passado, porém a seguradora ainda não havia dado resposta para o processo.

Para resolver o impasse, o reitor propôs que uma área do estacionamento do Campus Monte Alegre, que não é utilizado pelos carros, se transforme no bicicletário até a primeira quinzena de junho. Após manifestação estudantil, Dirceu de Mello se comprometeu a comparecer no estacionamento na segunda-feira, 24/5, para adiantar a construção do bicicletário.

Os conselheiros também decidiram que, durante os jogos do Brasil na Copa do Mundo, as atividades da PUC-SP estão suspensas, inclusive no Hospital Santa Lucinda e DERDIC.

O pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias, Hélio Deliberador, esclareceu a adesão da PUC-SP ao novo programa do FIES, que sofreu algumas mudanças para evitar problemas de inadimplência. As principais mu-

danças são bolsas para ensino tecnológico e pós-graduação, inscrições permanentes, além de renovação da adesão anual e uma série de obrigações por parte da universidade.

Os conselheiros aprovaram a manutenção do auxílio doença para professores. Como a categoria está sem Acordo Interno assinado, os administradores optaram por conceder o benefício que constava no texto do antigo Acordo Interno dos professores da casa, até que a situação seja regularizada.

Outra deliberação foi em relação ao início curso superior de Tecnologia em Comércio exterior. Já as discussões da reforma curricular do curso de Serviço Social e a aprovação das coordenadoras da CEPE foram adiadas.

As discussões de horas pesquisa também foram adiadas, porém os conselheiros lembraram a retificação das horas para o primeiro semestre. Para o segundo semestre as faculdades irão enviar caso a caso para as subcamaras de pesquisa da pró-reitoria de pós graduação. Hélio Deliberador também comunicou que está sendo iniciado um plano de preparação para aposentadoria para os professores que não conseguem aulas em seus departamentos.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino
Fotografia: Gabriela Moncau
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victoria C. Weischtordt

ADUSP manifesta apoio aos professores da PUC-SP

A APROPUC continua recebendo manifestações de solidariedade de diversas entidades sindicais contra a atitude da Fundação São Paulo/Reitoria de propor aos professores acordos individuais que ferem toda a legislação trabalhista brasileira. A seguir publicamos a ítegra da nota recebida em 19/5:

MOÇÃO DE APOIO AOS PROFESSORES DA PUC-SP

A Diretoria da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo vem a público solidarizar-se com os professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que, não bastasse o processo de perseguições, demissões e arrocho salarial desencadeado em 2006 pela mantenedora, agora sofrem coações para que abram

mão de seus direitos trabalhistas, referentes a dívidas acumuladas pela instituição desde 2005.

A atitude da mantenedora, Fundação São Paulo, de convocar os professores para que assinem individualmente termos de acordo com sua proposta de pagamento da dívida, desde que desistam de uma ação coletiva impetrada na Justiça do Trabalho pela Associação dos Professores (APROPUC), é claramente inconstitucional e um lamentável abuso das relações de trabalho.

É intolerável o comportamento da Fundação São Paulo de recorrer à pressão sobre os docentes para que desconsiderem uma decisão legítima tomada em assembleia. O comportamento da mantenedora é uma nódoa nas tradições democráticas e de liberdade intelectual tão caras à história da PUC-SP.

João Zanetic

Presidente da Adusp-S.Sind.

Estudantes de Direito conseguem compromisso da direção de não aumento de vagas

O Centro Acadêmico 22 de Agosto, o diretor da Faculdade de Direito, Marcelo Figueiredo, e o Diretor Adjunto, Marcelo Sodré, participaram da Audiência Pública da Faculdade, realizada no dia 19/5, no auditório 333, para discutir, entre outras pautas específicas, o Vestibular de Inverno. O termo deverá ser assinado durante a próxima semana e sela o compromisso da direção da Faculdade em não abrir mais vagas para o curso de Direito. O reitor Dirceu de Mello, que esteve presente no início da atividade, assumiu verbalmente esse compromisso.

A polêmica da vagas surgiu após a decisão do Conselho da Faculdade de Direito de abrir 60 vagas no Vestibular de Inverno. A decisão, que foi tomada sem muita discussão com o corpo estudantil, poderia aumentar as vagas no Direito sem que a estrutura acadêmica e física fosse capaz de suportar mais estudantes.

O Centro Acadêmico 22 de Agosto, então, fez um abaixo assinado com 1500 assinaturas e organizou um ato com mais de 300 pessoas, reivindicando que a decisão fosse revista e melhor debatida numa Audiência Pública, entre estudantes e direção da Faculdade.

Mesmo com a mobilização, os órgãos da universidade, Consun e Consad, ignoraram tal mobilização e aprovaram a abertura das vagas. Mas, após toda a pressão estudantil, a Faculdade se comprometeu a não abrir mais vagas no curso e a retirar 60 vagas no vestibular de verão.

REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Neste mesmo termo de compromisso, a direção da Faculdade se posicionou, desde que seguidos todos os trâmites legais, favoravelmente à inclusão de uma ementa no regimento interno da Faculdade, alterando

a composição da representação estudantil de dois para cinco representantes discentes. Antes de todas as reuniões serão escolhidos dois estudantes que terão direito a voto.

O número de representantes é o mesmo de antes da aprovação do novo regimento da Faculdade de Direito, no início do ano, que segue o estatuto da universidade. Por isso, o conselho foi enxugado e diminuíram para duas as vagas destinadas aos estudantes.

Na época, a tal medida foi questionada, apontando que isso diminui a democracia interna da Faculdade, já que na composição antiga todos os períodos do curso eram representados, o que garantia que as demandas específicas pudessem aparecer. Agora, os estudantes de todos os anos terão direito a voz, podendo assim levar suas demandas para as reuniões do Conselho.

BOLSAS E

INADIMPLÊNCIA

Outro ponto abordado foi o número de bolsas que são concedidas pela universidade. A direção da Faculdade e os estudantes se comprometeram a buscar esclarecimentos a respeito da política de bolsas da universidade para que ela seja corretamente aplicada no curso de Direito, tendo em vista a ampliação do acesso ao ensino.

Sobre o ato da ex-reitora Maura Verás, que impede os inadimplentes de assistirem aulas, a Faculdade se posicionou contra e afirmou que "nenhum estudante deve ser impedido de assistir aula como punição pedagógica à inadimplência".

Diversos outros assuntos foram debatidos, como a estrutura física da Faculdade e o plano pedagógico do curso. Para que os estudantes tenham ciência do conteúdo do termo, o Centro Acadêmico irá divulgar cópias do documento.

Semana de Serviço Social denuncia violações aos Direitos Humanos

Entre os dias 17 e 21/5, ocorreu a Semana de Serviço Social com o tema *Programa Nacional dos Direitos Humanos 3 - Um debate Necessário para o Serviço Social*.

O debate de abertura foi sobre Trabalho, Direito e Mulheres, e contou com grandes intelectuais. Chiara Saraceno, socióloga da Universidade de Turim, na Itália, falou acerca da condição da mulher no mundo do trabalho. Para ela, apesar de o espaço no mercado ter crescido para as mulheres, tal fenômeno não foi acompanhado pela redistribuição do trabalho doméstico e de cuidado das famílias.

A maioria das mulheres neste cenário faz a chamada "tripla jornada de trabalho" que consiste no emprego fora de casa, nas tarefas domésticas e no zelo por toda a família e, por vezes, o compromisso com os estudos. "Para garantir direito ao trabalho é necessário reconhecer e distribuir o trabalho doméstico e de cuidado, que historicamente cabem a mulher", afirmou Saraceno.

A inserção da mulher no mercado também foi abordada pela professora Marta Campos, da PUC-SP. De acordo com Campos, as mulheres trabalham majoritariamente "em postos mais baixos que os homens e no mercado informal".

DIREITO À COMUNICAÇÃO

Na segunda-feira, 17/5, aconteceu o debate Direito à Comunicação e ao Acesso à Informação, com a presença de Luiza Erundina (Deputada Federal), Jose Arbex Jr. (Departamento de Jornalismo), Bia Barbosa (Intervo-

zes) e Marco Ribeiro (Sindicato dos Radialistas). A coordenação foi da professora doutora Rosângela Paz e da estudante Claudia Simões.

Arbex abriu as discussões comentando que o cenário de radiodifusão no Brasil "reflete um país que não completou a abolição da escravidão e um Estado que assegura o monopólio". Na sequência, concluiu sua fala abordando a questão do monopólio da linguagem das grandes corporações que formam o consenso e a percepção da realidade.

"São implicações além do imediato político, partidário, de governo ou regime. Adentra a profundidade íntima do imaginário e nos cega da nossa própria degradação humana", afirmou Arbex.

Já o radialista Marco Ribeiro disse que "se existe uma política que pode ser facilmente criticada no governo Lula, certamente foi a política de comunicação. Ter Hélio Costa, representante da Globo, como Ministro das Comunicações é muito preocupante".

Bia Barbosa, por sua vez, refletiu sobre a importância de outros setores da sociedade de se apropriarem do debate sobre a conjuntura da comunicação no país. "É preciso entender a comunicação como direito fundamental", explicou.

A deputada Luiza Erundina afirmou que se não há direito a comunicação e gestão pública das concessões, não se pode dizer que existe democracia plena. Ela também comentou que 25% dos senadores e 16% dos deputados são donos de emissoras de rádio ou televisão. "Só teremos força para a reforma agrária quando democratizar-



LUVANA LILA



Acima a mesa que discutiu o direito à comunicação, destacando a fala da deputada federal Luiza Erundina; ao lado as falas de Gilmar Mauro, do MST e José Arbex Jr. do departamento de Jornalismo; abaixo a professora Bia Abramides coordena a mesa sobre direito à terra e moradia



mos os meios de comunicação", concluiu.

Ainda na semana acadêmica, mas em outra data, Gilmar Mauro, da coordenação nacional do MST, também falou sobre reforma agrária no Brasil, durante mesa de debates sobre direito à terra e à moradia.

Para Mauro pensar reforma agrária no Brasil não é somente a distribuição de terras mais justa, é também pensar em um novo modelo de agricultura e de uso do solo. "A reforma agrária tem que rediscutir a questão do território, de qual o tipo de uso que faremos do território, seja ele urbano ou agrário", afirmou o coordenador do MST.

Helena Silvestre, do MTST, falou sobre a impor-

tância das lutas coletivas para se contrapor a organização social que vivemos.

Para a representante do MTST, uma conquista social, obtida coletivamente, cria "uma memória de que somente com organização é possível conseguir avanços".

Givanildo Manoel, do Tribunal Popular, falou sobre as políticas para jovens no Brasil, e apresentou dados que mostram que 60% dos presos no Brasil tem entre 18 e 24 anos.

Manoel, também falou sobre mortes de jovens pobres, em sua maioria negros, nas periferias da favela pela Polícia Militar. "Existem duas políticas para jovem pobre no Brasil hoje: ou a morte ou a prisão", concluiu.

Nota de homenagem à professora Téia

*"Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis."
Brecht*

C.A. de Psicologia

Perdemos a nossa referência. Neste fim de semana, faleceu a Profa. Téia, que para nós do Centro Acadêmico de Psicologia, assim como para todos os estudantes que participaram e participam atualmente no movimento estudantil da PUC-SP, era uma grande liderança.

Professora que lutou tanto, tanto no nosso Centro Acadêmico - que em sua época ainda nem era específico do curso de

Psicologia - quanto na APROPUC ou em qualquer espaço que frequentasse, sempre buscou uma educação de qualidade e uma sociedade mais justa, na qual os princípios coletivos se colocassem acima das questões individualistas.

Especificamente dentro da PUC-SP, travou inúmeras batalhas em busca de uma Universidade mais democrática com melhor qualidade da educação, por melhoria das condições de trabalho e pesquisa dos professores, funcionários e estu-

dantes. Estas lutas são hoje encampadas pelos Centros Acadêmicos, que vêm na professora Téia uma das grandes referências de luta, principalmente dentro do curso de Psicologia, no qual era considerada uma espécie de mentora: era nas suas falas nas assembleias que sabíamos aonde nos apoiar e a quem procurar nos momentos difíceis.

É preciso lembrar ainda toda a sua produção acadêmica, que a tornou um dos grandes ícones da psicologia nacional. Sua obra era respeitada e estu-

dada em todo o país, e sua presença era requisitada nos principais congressos da área, nos quais sempre pautava a busca por uma psicologia mais crítica e comprometida com a população brasileira.

Lamentamos profundamente essa perda, sabendo, porém, que ela sempre será lembrada por todos nós. Deixamos aqui a nossa singela homenagem, que não é nada perto do agradecimento que temos por tudo o que ela fez por nós, pela PUC-SP e para a nossa sociedade.

Semana debate relação do Jornalismo com Direitos Humanos

Entre os dias 24 e 28/5, acontecerá a 32ª Semana de Jornalismo da PUC-SP, que discutirá o tema Direitos Humanos. A promoção é do Departamento de Jornalismo e do CA Benevides Paixão. Acontecerão diversas atividades com relação à comunicação, desde debates, oficinas e entrevistas coletivas.

A abertura da Semana acontecerá no auditório 333, às 9h, e discutirá a luta por Direitos Humanos no Brasil. Os debatedores serão Plínio de Aruda Sampaio, presidente da ABRA (Associação Brasileira de Reforma

Agrária) e a Kenarik Boujikian Felipe, da Associação dos Juizes para a Democracia. No mesmo dia, a partir das 19h, acontecerá uma entrevista coletiva com o Secretário Especial de Direitos Humanos, Paulo Vanuchi.

DEBATES

No dia 28/5 acontecerão mais dois debates. Pela manhã, a discussão será sobre os fragmentos do discurso humanista, com os convidados Luís Felipe Ponde (PUC-SP), Osvaldo Cogliola (USP) e Gilmar Mauro (coordena-



ção nacional do MST).

À noite será debatida a resistência da Sociedade Civil, com Marisa Feffermann (Tribunal Popular), Ana Maria Straube (Associação Brasileira de ONG's) e Leonardo Sakamoto (Repórter Brasil).

OFICINAS

No dia 27/4 ocorrerão quatro oficinas sobre charge e crônica. Os convidados de crônica são o escritor Roniwalter Jatobá (manhã) e o escritor e articulista do jornal *Folha de S. Paulo*, Marcelo Rubens Paiva (noite).

Para charges os convidados são André Maringoni (manhã) e Adriano de Faria (noite).

Para maiores informações e consultar a programação completa do evento, acesse <http://cabenevix.wordpress.com>.

MOVIMENTOS SOCIAIS

PM invade terreno ocupado na Vila Curuçá

Na manhã de 21/5, a Tropa de Choque da Polícia Militar fez a reintegração de posse de um terreno da Prefeitura, já destinado para moradia popular, que estava ocupado por atingidos das enchentes do Jardim Pantanal.

No dia 18/5, os atingidos por enchentes do Jardim Pantanal receberam um pedido de reintegração de posse do terreno que ocupam desde abril, na Vila Curuçá, zona leste de São Paulo.

O vencimento da reintegração de posse aconteceu às 18h, do dia 20/5, mas os manifestantes decidiram continuar no terreno, por considerar sua causa justa. Muitos não têm para onde ir, pois perderam todos os pertences e suas casas antigas foram demolidas.

RESISTÊNCIA

Alguns moradores chegaram a resistir, mas a Polícia foi truculenta e deu 30 minutos para que todos saíssem. Até o fechamento desta edição, foi apurado que boa parte dos atingidos estavam marchando para a subprefeitura de São Miguel Paulista.

O argumento é que o pedido de reintegração de posse ignora que o terreno ocupado teve desapropriação em dezembro de 2009 pela Prefeitura de São Paulo, para construção de casas populares, de acordo com o decreto 51.155.

O terreno já estava liberado para a moradia e a Prefeitura não dialogou com os moradores que sofreram com as chuvas e perderam suas casas.

Lembrando que a maioria não têm para onde ir, pois

o movimento tentou diálogo com as subprefeituras de Itaim e São Miguel Paulista, mas não houve nenhum tipo de resposta ou negociação.

HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

No começo do ano, os moradores do Jardim Pantanal sofreram muito com as enchentes e chuvas constantes. O bairro ficou alagado por 47 dias e os moradores perderam casas, automóveis, móveis, aparelhos eletrônicos.

Sem ter para onde ir, e insatisfeitos com a política habitacional da prefeitura, cerca de 100 famílias ocuparam um terreno na Vila Curuçá, entre Itaim e S. Miguel Paulista. A principal reivindicação das famílias é que a Prefeitura de São Paulo disponibilize novos lares para as famílias.

Polícia cerca Universidade de Porto Rico

No dia 14/5, a Polícia de Choque de Porto Rico cercou os portões da Universidade de Porto Rico, para reprimir as manifestações estudantis que vêm ocorrendo desde abril. Os estudantes ficaram presos dentro da universidade, privados de energia, água e alimentação.

O motivo da greve é a eliminação de uma série de bolsas de estudos da instituição e a não abertura do livro de contas da universidade.

Os manifestantes também protestam contra a privatização de setores internos, o manejo de um déficit fiscal de US\$ 200 milhões e reivindicam maior participação estudantil nas decisões da universidade.

Universidade demite professora por imagem de beijo homossexual em cartaz

A Faculdade de Minas (Faminas/Muriaé) demitiu a coordenadora do curso de Serviço Social, Viviane Souza Pereira, em virtude da fotografia de um casal homossexual presente no cartaz da Semana de Serviço Social. A empresa Lael Varella Educação e Cultura Ltda, mantenedora da Faminas/Muriaé, não permitiu que o mesmo fosse divulgado.

A mantenedora afirmou que o cartaz era agressivo para a "família" e que deporia contra a instituição de ensino.

A orientação foi de que buscassem alternativas menos ofensivas. Diante desse quadro, Viviane decidiu cancelar o evento, informando aos palestrantes o motivo.

MANIFESTAÇÕES DE ENTIDADES

A resposta da Mantenedora veio em dois dias, com aviso prévio, sem justa causa para a professora.

A ABPESS (Associação Brasileira de Ensino e Pes-

quisa em Serviço Social) se posicionou em nota afirmando que "As ações de combate à homofobia e a defesa de valores éticos da liberdade e da autonomia dos indivíduos sociais, também parametram o projeto ético político e a formação profissional do Assistente Social".

O CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) também lançou manifestação pública afirmando que a demissão da professora "fere o Código de Ética do(a) Assistente Social, que tem como

princípios a eliminação de todas as formas de preconceito, incentivo e respeito à diversidade e oposição a qualquer tipo de discriminação, seja por classe social, etnia, gênero e orientação sexual".

APOIO DA APROPUC

A APROPUC também repudia atitude da mantenedora e disponibiliza em seu site as versões na íntegra das moções citadas acima.

MTST ocupa terreno em Santo André

Mais de 600 famílias, organizadas no MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) estão em ocupação no parque Cidade São Jorge, em Santo André. O Terreno, que é da prefeitura, estava abandonado há décadas e a ação foi uma medida para pressionar o Estado a tomar alguma atitude diante descaso com as famílias sem-teto.

A prefeitura conseguiu liminar de reintegração de posse, no entanto abriu um canal de diálogo com o movimento para solucionar a construção de casas para as famílias que estão na ocupação.

Os integrantes do MTST prometem continuar resistindo e ocupando para pressionar o poder público por reforma urbana, abrigando a população pobre, relegada aos locais com as piores condições de moradia, como encostas e proximidades de rios e represas.

A APROPUC apoia a ocupação e assina a moção abaixo.

Moção de apoio à ocupação da cidade São Jorge em Santo André

Desde o dia 8/5 famílias sem teto estão acampadas na Cidade São Jorge em Santo André, num terreno que estava abandonado há décadas, servindo de local para desmanche de carros, estupros, espancamentos e outras coisas ruins. Agora a situação é diferente: 600 famílias estão ocupando o terreno e lutando pelo seu direito a moradia. Os sem teto de Santo André resolveram se organizar e lutar, pois estão cansados de esperar pelas promessas que a cada 4 anos se renovam sem que o problema seja solucionado. A prefeitura de Santo André alegou a posse da área, entrou com pedido de reintegração e a liminar foi expedida pelo juiz. Nós, do MTST estabelecemos um canal de negociações com a Prefeitura e propusemos um acordo entre a mesma, a CDHU e a Caixa, já que estamos convencidos de que aquela área pode se transformar em local de moradias! Se for preciso ir para outro ter-

reno iremos, contanto que nossa demanda seja atendida. O povo trabalhador sofre dia-a-dia com o desemprego, os baixos salários, a alta nos preços dos alimentos e dos transportes, das contas de água e luz, a falta de serviço de saúde e educação. Mais de 18 milhões de brasileiros não têm um teto e enquanto isso os governos falam em construir apenas 1 milhão de moradias. BASTA de falsas promessas! BASTA de anos de espera! Com muito suor exigimos que sejam direitos! Queremos justiça social de verdade! Moradia aos sem teto e infra-estrutura nos bairros da periferia já! Chega de esperar! Criar! Poder popular!!

As entidades abaixo, de Santo André e região, assinam essa moção de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras que lutam por políticas de habitação sérias e exigem a construção imediata de moradias populares para as famílias acampadas no terreno da Cidade São Jorge. Todos concordam que a ocu-

pação é resultado do descumprimento do plano diretor da cidade que determina que a Prefeitura construa moradias populares em áreas vazias e solucione o problema do déficit habitacional do município, que passa de 2 mil unidades habitacionais.

Assinam essa moção:
SINTARESP - Sindicato dos Tecnólogos, Técnicos e Auxiliares de Radiologia do Estado de São Paulo.
Pastor Hélio Saes.
CPT - Comissão Pastoral da Terra.
Ferramenta de Luta - Oposição Metalúrgica do ABC.
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
CONLUTAS-ABC - Coordenação Nacional de Lutas
APEOESP - Associação dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo - sub-sede de Diadema
APROPUC (Associação dos Professores da PUC-SP)

Docentes e funcionários realizam ato em defesa da Unicastelo

No dia 20/5, professores, funcionários e estudantes da Unicastelo realizaram um ato para denunciar os problemas que vêm enfrentando na universidade e conseguir apoio para a greve. Os professores e funcionários da Unicastelo, desde o dia 12/5, entraram em greve devido aos salários atrasados do mês de abril.

Os docentes também reivindicam o não pagamento de 1/3 de férias de 2009, falta de depósito de FGTS desde 2009 e o não pagamento da folha com-

plementar, de horas de orientação de estágio e atividades complementares.

Uma comissão de professores vinha negociando com a Reitoria desde segunda-feira, 10/5, mas não houve nenhuma perspectiva de solução.

A APROPUC apoia a luta dos trabalhadores da Unicastelo pela defesa da universidade. Confira a moção de apoio:

"A Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC) declara a sua solidariedade aos colegas da Universidade Ca-

milo Castelo Branco, que estão em greve desde o dia 12/5. Motivos para a paralisação das atividades dos professores não faltam, como o não pagamento de 1/3 de férias, de horas complementares e o não depósito do FGTS por parte da mantenedora, desde 2009. Essa situação na Unicastelo infelizmente não é exceção em outras universidades particulares, que deixam a sua função educacional e passam a agir como meras empresas que visam o lucro a todo e qual-

quer custo. Em nossa universidade também passamos por um momento difícil de desrespeito aos direitos trabalhistas. Os dirigentes da instituição afastam a PUC-SP, cada vez mais, de sua missão educacional em prol dos lucros e com base na retirada de direitos dos seus trabalhadores. Defendemos a garantia do pagamento e de todos os direitos trabalhistas dos professores da Unicastelo."

Diretoria da APROPUC

ROLA NA RAMPA

CIPA divulga resultado das eleições

A Comissão Eleitoral da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) divulgou o resultado das eleições para gestão 2010/2011. Campus Monte Alegre: 1º. Maria Helena Gonçalves Soares Borges (SAE) - 165 votos; 2º. Reynaldo Machado (ARII) - 70 votos; 3º. Edson Reis da Silva (Lab. Foto) - 65 votos; 4º. Vanessa Barreto (Biblioteca) - 61 votos; 5º. Renato Antunes Santos (DRH) - 53 votos; 6º. Douglas Chagas dos San-

tos (Bombeiro) - 50 votos; 7º. Carlos Alberto Dutra (NTC) - 42 votos. Já nos outros Campi: Marquês/COGEAE: 1º. Emerson Aguiar Freitas - 43 votos; 2º. Fernando Sangrioli - 20 votos; 3º. Adilson Aparecido Pinto - 13 votos; 4º. Osmar Francisco Batista - 04 votos. Dercid: 1º. Jeyza Andrade de Medeiros - 18 votos; 2º. Reginaldo Ullysses Iorio - 11 votos. A posse dos novos representantes acontece em 23/6.

Professora lança livro sobre a mídia social

A professora Pollyana Ferrari, do Departamento de Jornalismo da PUC-SP, lançará no o livro *A Força da Mídia Social*, pela Editora Factash. A obra, que reflete a pesquisa de doutorado da professora, mapeia todas as práticas e particularidades da narrativa digital no ambiente 2.0 e é referência para profissionais que trabalham com mídias sociais. O lançamento ocorre no dia 27/5, às 20h, durante a realização do Seminário Secom/Unesco, em Sergipe. A publicação



também terá versão em e-book pela Simplicissimus Book Farm.

Serviço Social nos tempos da ditadura

O CASS (Centro Acadêmico de Serviço Social) organiza no dia 27/5, com apoio da APROPUC, o debate *Serviço Social no contexto da ditadura*. A discussão será no auditório Ricardo Sayeg, 1º andar do Prédio Novo, e contará com a presença das professoras Dra. Carmelita Yazbek e Dra. Maria Beatriz Abramides.

IV Colóquio de Fono e Educação

No dia 29/5, das 8h às 13h30, será realizado o IV Colóquio de Fonoaudiologia, Educação e Psicopedagogia, no auditório 333 do Campus Monte Alegre. Para programação completa e inscrições, acesse a página virtual <http://coloquiofpe.blogspot.com>. As inscrições também podem ser feitas no dia do evento, na sala 333, das 7h30 às 8h.

CAs organizam ato pela redução de mensalidade

O CCA (Conselho de Centros Acadêmicos) está organizando um ato pela redução das mensalidades, para o dia 27/5. O ato faz parte de campanha que

começou em abril e que reivindica preços mais justos e bolsas como forma de garantir o acesso à universidade. A concentração será às 18h30, na Prainha.

Seminário do NEMA debate Identidade Indígena

No dia 25/5, às 19h, no Museu da Cultura (Campus Monte Alegre), será realizado o 2º Seminário Aberto do NEMA (Núcleo de Estudos da População Indígena, Meio Ambiente e Populações Tradicionais). Na

ocasião, o professor do Departamento de Antropologia, Rinaldo Sérgio Vieira Arruda debaterá Fronteiras Nacionais e conformação das identidades étnicas: os povos indígenas da tríplice fronteira Brasil, Peru e Bolívia.

Exposição de xilogravura no Museu da Cultura

Do dia 25/5 até 25/6, no Museu da Cultura, estará aberta ao público a exposição *La Tauromaquia - um diálogo entre as forças (vida e morte)*, com xilogravuras de Luiz Fernando Zuliatti. A organização é do Museu

da Cultura e tem apoio do Neamp (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política - pós em Ciências Sociais). Mais informações em (11) 3670-8331. O horário de funcionamento do Museu é das 14h às 19h.

Vaga de estágio no Escritório Modelo

Até o dia 26/5, estudantes a partir do terceiro ano de Direito, podem se inscrever para estágio no Escritório Modelo. O projeto será o acompanhamento do PRONASCI, que oferece assistência sócio jurídica aos familiares e egressos do sis-

tema prisional. As inscrições devem ser feitas na sede do Escritório Modelo (Rua João Ramalho, 295) com currículo, comprovante de matrícula, cópias do RG e CPF, e ficha que será disponível no dia. Mais informações em www.pucsp.br/estagios.

Novidades no TUCA

O TUCA divulgou uma série de eventos para o próximo período. A partir do dia 25/5 será aberta nova turma do curso Teatro para facilitar a comunicação, em que alunos, ex-alunos, professores e funcionários da PUC têm desconto. Também no dia 25/5, a dupla

Duofel, se apresentará gratuitamente no Tucareana, a partir das 16h. Já nos dias 16, 23, 30/5 e 6/6 acontecerão shows do grupo *Ópera Portátil*, com preços populares, na Sala Ensaio, às 16h30. Maiores informações pelos telefones (11) 3670-8582 / 8462.

Correção

Diferentemente do que anunciamos em nossa edição especial do *PUCviva* que circulou na última se-

mana, o falecimento da professora Tereza Maria Serio, Téia, ocorreu no dia 8/5.